



Organização, cultura e políticas públicas

reflexões acerca da Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima

Alison Barbosa de Souza¹

Fabício José Nascimento da Silveira²

-
- 1 Mestrando em ciência da informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-graduado em gestão cultural pelo Centro Universitário UNA. Bacharel em biblioteconomia pela Escola de Ciência da Informação da UFMG. Bibliotecário na Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte desde 2010, atualmente no Centro Cultural Zilah Spósito. E-mail: alisonbarbosa@gmail.com
 - 2 Dr em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFMG. Professor do curso de graduação em Biblioteconomia da ECI/UFMG.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar o funcionamento cotidiano da Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF) e verificar em que medida a presença de uma biblioteca pública – inserida na comunidade a partir do estabelecimento de políticas públicas – é entendida como equipamento cultural e se apresenta suficientemente capaz de atender às necessidades dos sujeitos que buscam por ela. Utilizando por base teórica uma revisão bibliográfica que contempla os temas “biblioteca pública”, “políticas públicas” e “ação cultural”, identificando as correlações existentes na prática exercida na biblioteca. Como método utilizado, optou-se pela análise de conteúdo. Verificam-se como principais resultados a exarcebação da importância da biblioteca pública no estabelecimento de um entendimento do centro cultural, figurando a biblioteca como fomentadora da ação cultural realizada no território, percebendo-se o movimento dialético na busca por solucionar as questões mediadas apresentadas pelos cidadãos que buscam a biblioteca para atender às necessidades informacionais. Pode ser percebido também que a organização do espaço físico da biblioteca, bem como sua compreensão como equipamento relativamente autônomo em relação ao centro cultural, impulsiona sua capacidade de atender às necessidades dos sujeitos.

Palavras-chave: *Biblioteca. Política pública. Cultura. Ação cultural.*

ABSTRACT

This article aims to present the daily operation of the Centro Cultural Vila Fatima Public Library and check to what extent the presence of a public library – inserted in the community through the establishment of public policies – is understood as a cultural facility and appears capable enough to meet the arising needs of individuals seeking for her. Using a theoretical basis a literature review that includes the public library issues, public policies and cultural action, identifying correlations in practice exercised in the library. As a method to chose the research analysis. Was found as main results exacerbation of the importance of the public library in establishing an understanding of the cultural, figuring the library as a sponsor of cultural action in the territory, realizing the movement dialectic in the search for solving the mediate issues raised by citizens seeking the library to meet the informational needs. It can be seen also that the organization of the library’s physical space, as well as their understanding as relatively self-contained in relation to the cultural center, boosts your ability to meet the needs of individuals.

Keywords: *Library. Public policy. Culture. cultural action.*

INTRODUÇÃO

Cultura, como um conceito dinâmico através do tempo, sofre reformulações constantes na busca de exprimir as configurações de uma sociedade com relação a seus costumes, símbolos, valores, ideias e tradições. A evolução do conceito de cultura possibilitou a incorporação de novos significados ao verbete, que inicialmente indicava o trabalho com a terra. Ao se traçar um paralelo entre os mais primitivos usos do termo “cultura” e a sua significação atual, percebe-se que houve uma considerável modificação no que significa a expressão “ser dotado de cultura”. A dinâmica cultural é percebida exatamente nessa variação de expressões que se denomina “diversidade cultural”. José Marcio Barros (2014), ao recuperar um de seus artigos, discorre que:

A diversidade cultural é, forçosamente, mais que um conjunto de diferenças de expressão, um campo de diferentes e por vezes, divergentes modos de instituição. Chamo a isso, modos de instituir, de modelos de gestão. Para além de reconhecer a necessidade de se construir competências gerenciais nos diferentes campos culturais, o desafio parece ser o de estar atento para os modos de gestão que se fazem presentes nos diferentes padrões culturais. Reconhecer na

diversidade cultural apenas a presença de diferenças estéticas é simplificar a questão. Há sempre, e é isso que torna a questão complexa, a tensão política e cognitiva de diferentes modelos de ordenamento e gestão. Diversidade cultural é a diversidade de modos de se instituir e gerir a relação com a realidade. (BARROS, 2014, p. 6)

A diversidade cultural é, portanto, muito além do que a multiplicidade de expressões culturais ou de modos de vida e comportamento. A diversidade se constata exatamente nos pontos de contato que se distinguem entre si, na variedade de crenças e posturas, gostos e escolhas, convicções e preferências.

A biblioteca pública se caracteriza como um equipamento cultural e também um local de construção permanente de cultura, uma vez que permite a aprendizagem permanente. A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (International Federation of Library Associations – IFLA), foi uma das primeiras organizações não-governamentais, sem fins lucrativos, a promover a causa dos bibliotecários. Sua função básica é encorajar, proteger e promover a colaboração internacional, o debate e a averiguação em todos os campos da atividade bibliotecária e a partilhar suas descobertas com a sociedade biblioteconômica como um todo, para o maior bem da Biblioteconomia. Em seu Manifesto a IFLA, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) atestam que: “A biblioteca pública, porta de entrada para o conhecimento, proporciona condições básicas para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais” (UNESCO, 1994, p. 1).

Compreende-se a biblioteca, para fins deste trabalho – para além da coleção de livros organizados e disponibilizados –, como lugar de interação relacional entre a leitura e o leitor, conservação e preservação da memória, mas, sobretudo, uma interseção entre esta e seus leitores, tanto no que diz respeito à organização e tratamento

da informação como à disseminação a partir da ação cultural que se expressa através da diversificação de temáticas, suportes, bens e serviços ofertados. A escolha do objeto de estudo se deu também pelo fato de ser este o local de trabalho do pesquisador, onde atua desde seu ingresso na Fundação Municipal de Cultura (FMC).

A Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF) se caracteriza como equipamento cultural também por apresentar àqueles que dela se valem uma variedade de publicações, possibilidades de apropriação e leitura, de sobremaneira por estar situada em uma área isolada geograficamente, de difícil acesso e inserida num equipamento público afastado de qualquer outro. O que se evidencia é que muitos cidadãos buscam o equipamento para o atendimento de outras políticas públicas, além da cultura, a partir da biblioteca pública, tendo em vista que este se apresenta como único equipamento da Administração Municipal naquelas imediações.

Como problema a se debruçar no presente estudo tem-se a seguinte pergunta: em que medida a presença de uma biblioteca pública – inserida na comunidade a partir do estabelecimento de políticas públicas – é suficientemente capaz de atender às necessidades originadas sujeitos que a buscam? Qual o movimento dialético pode ser estabelecido pela biblioteca pública para garantir sua efetivação no território, levando em consideração as demandas e expectativas da comunidade circundante, oportunizando o acesso às informações qualificadas, à produção de conhecimento, garantindo a construção de sentido e o acesso às expressões culturais para os cidadãos e, ao mesmo tempo, manter sua estrutura organizacional?

A verificação da efetividade das políticas públicas para regionalização de equipamentos culturais descentralizados e a relação destes com a comunidade, através da ação cultural desempenhada para a difusão e promoção da biblioteca pública em seu entorno, é um dos fatores determinantes na construção de redes de interação e na disseminação de informações para a consolidação de tais equipamentos, que é a tônica que fomenta inicialmente o presente estudo.

A compreensão da dinâmica estabelecida na atuação da BCCVF em contraponto com a teoria que aborda tal temática é relevante para saber qual a abrangência e dimensionamento da atuação desse tipo de equipamento. Busca-se também justificar a permanência de equipamentos culturais em áreas de vulnerabilidade social, bem como o incremento no financiamento às atividades de promoção da leitura, aos serviços de referência e informação, ao apoio às pesquisas escolares e acadêmicas e ao uso do espaço para erudição, lazer, fruição e entretenimento.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Partindo da constituição de uma revisão de literatura sob a perspectiva cronológica, identificou-se que foi a partir da década de 1980 que se iniciaram os estudos biblioteconômicos que tratavam do ambiente da biblioteca como um espaço para a ação cultural. Um artigo que contempla esse período histórico acerca da questão da biblioteca, aliando-a à cultura e à ação cultural é de Victor Flusser (1983). Após estabelecer conceituações para cultura, uma de natureza material e outra vinculada ao contexto, Flusser relaciona a atuação do profissional bibliotecário com a ação cultural: “Para o propósito de uma ação cultural, as duas posições diante da cultura – acervo e contexto – devem ser constantemente consideradas, pois a ação cultural é basicamente mediação e criação de acervo, inseridas em contexto cultural bem definido.” (FLUSSER, 1983, p. 148)

Suas observações avançam no sentido de elucidar as questões apresentadas, apresentando também sua convicção acerca da intencionalidade da política pública para a cultura, afirmando que “as diversas políticas culturais são manipulações do sistema cultural a fim de perpetuar – de maneira flexível e mal identificável – a hegemonia da classe dominante.” (FLUSSER, 1983, p. 151) Na visão do autor, portanto, as políticas culturais engessam o fazer cultural, manipulando-o com o objetivo de manutenção de um domínio hegemônico. Em contrapartida, Flusser defende a necessidade do envolvimento

social para o desenvolvimento de uma política cultural autêntica, destacando a necessidade de oportunizar aos usuários dos sistemas organizados de informação, no caso específico a biblioteca, com vistas a possibilitar a autonomia do sujeito:

Uma cultura libertadora não consideraria as necessidades culturais como um pretexto para alimentar um sistema comercial ou ideológico, mas se engajaria, em primeiro lugar, num processo que visaria dar a cada homem a possibilidade de descobrir suas verdadeiras necessidades – decorrentes de sua cultura-contexto – para num segundo tempo, lhe dar as possibilidades de satisfazê-las. (FLUSSER, 1983, p. 153)

Mais adiante, Flusser destaca também a postura do profissional que desempenha o papel de “animador cultural” o qual, no desenvolvimento de suas atividades finalísticas de mediação cultural e construção de redes de relacionamento com os cidadãos, “deve possuir o conhecimento das diversas ideologias da política cultural, para ter meios de decodificá-las, inclusive ao nível dos seus discursos, com os quais na sua atividade profissional ele será frequentemente confrontado.” (FLUSSER, 1983, p. 155)

Pode-se inferir que, em uma análise atual, o “conhecimento das diversas ideologias da política cultural” proposto por Victor Flusser nada mais é que o reconhecimento da política pública para a cultura estabelecida nas sociedades contemporâneas. A necessidade de conhecimento e, acima de tudo, reconhecimento desse ambiente diverso, alimenta a construção de políticas públicas para a garantia de acesso e promoção da cultura.

Flusser faz também uma comparação entre “a ação da biblioteca tradicional” e a biblioteca “encarada como um instrumento de ação cultural”: na primeira, o conhecimento e o saber pertencem a especialistas, que são detentores da palavra e das escolhas mais apropriadas aos seus usuários; já o segundo modelo propõe a “eliminação do papel do *expert*”, tendo o usuário autonomia e capacidade

de elaborar suas próprias escolhas, sentindo-se apto a emanar uma opinião. Para Flusser, esse segundo modelo, por possibilitar ao usuário a invenção, formulação e criação a partir do contato com o acervo, tende a eliminar o poder dos especialistas.

Flusser faz uma ainda correlação entre biblioteca e centro cultural, ambos inicialmente analisados do ponto de vista tradicional. Destaca as funções a serem desempenhadas por uma biblioteca intencionada ao desempenho de atividades que primam pela diversidade cultural em sua política de atuação:

Uma vez claro que a função da biblioteca-centro cultural ou biblioteca-ação cultural não será a de dar livros, mas a de suscitar uma cultura (literária) viva, (o que não implica de maneira nenhuma a negação do ‘dar livros’), entendo que as suas atividades desenvolvidas em três níveis: primeiro, uma pesquisa da realidade com a qual se irá trabalhar; em seguida, o desenvolvimento de estruturas que permitam a emergência da cultura, da leitura e, o que é mais importante, que permitam através da atitude ‘literária’, o acesso a uma maior consciência de sua condição cultural; e finalmente, uma constante análise do trabalho efetuado, a fim de evitar um movimento de distanciamento da prática com os dados da realidade com a qual se trabalha. (FLUSSER, 1983, p. 165)

Intencionalmente, Flusser faz uma fusão/jogo de palavras, com o objetivo de interligar os conceitos outrora apresentados distintamente, ressaltando a correlação estabelecida por ele entre os termos. Destaca a diferença entre o ato de entregar livros e a ação cognitiva de suscitar a busca dos usuários ao acervo, que passam a desempenhar uma “atitude literária” e, a partir dessa atitude, os usuários desenvolvem uma consciência de sua condição diversa no contexto cultural.

O estabelecimento de políticas públicas para a área da cultura constrói, a partir da esfera pública, dentro e fora dela, o que

Armand Mattelard (2005) intitula “um espaço público embrionário” (MATTELARD, 2005, p. 109), que mobiliza também outra “cidadania”, não circunscrita ao seu território de origem, mas permeada entre espaços não sempre delimitáveis na defesa de interesses e direitos comuns, conformada pelos movimentos sociais, Organizações Não Governamentais e organismos internacionais, com impacto em diversas esferas e setores.

No que diz respeito às políticas públicas contemporâneas, percebe-se que estas, cada vez mais, remetem-nos ao transbordamento de espaços político-administrativo: municípios, estados, nações, regiões na aparência de um *continuum* ou a um intercâmbio nas ações existentes, realizada a partir de diferentes circunscrições administrativas, pela atenção de coletivos diversos com as mesmas demandas ou pela interdependência diante de situações mais plurais e complexas como o caso da mobilidade tanto de pessoas como de bens e serviços entre espaços nem sempre delimitáveis (SANCHEZ, 2006).

Segundo Leonardo Brant (2009), a existência de ações das políticas públicas de cultura “aguça o espírito crítico e permite a apropriação, o empoderamento e o protagonismo do cidadão”. (BRANT, 2009, p. 19) Nota-se que, para esse autor, oportunizar a construção de um espírito crítico gera apropriação dos bens e serviços culturais, empoderamento dos cidadãos que os utilizam, que se tornam protagonistas na aplicabilidade das políticas públicas.

Ao estabelecer uma diferenciação terminológica entre multicultural e multiculturalismo, Stuart Hall (2009) defende que o primeiro “é um termo qualificativo”, pois apresenta “as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem”. (HALL, 2009, p. 50) Mais adiante, o autor afirma que “o termo ‘multiculturalismo’ é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais.” (HALL, 2009)

Hall estabelece uma relação direta entre o multiculturalismo e a decisão política de administração de problemas oriundos das sociedades constituídas em grupos diversos e organizados. Ele aponta que muitos países, apesar de vários aspectos que os distinguem uns dos outros, tem por similaridade o fato de serem “culturalmente heterogêneos”, reconhecendo, portanto, a diversidade inerente a diversos grupos humanos. Pode-se observar a inserção da biblioteca pública nas comunidades como um dos exercícios de política pública que incide na ampliação de oportunidades, dirimindo as possíveis desigualdades de acesso e uso da informação registrada e organizada.

No que diz respeito à ação cultural, Teixeira Coelho Neto (2001, p. 33) afirma que a mesma “tem sua fonte, seu campo e seus instrumentos na produção simbólica de um grupo. E entre as formas do imaginário que a constituem, as da arte – ao lado de práticas culturais leigas, micro-religiosas, etc. – são privilegiadas, por mais que se diga o contrário.” (COELHO NETO, 2001, p. 33)

A ORGANIZAÇÃO LOCAL DA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA E DOS CENTROS CULTURAIS

A implementação de centros culturais em Belo Horizonte inicia-se em 1992, com a criação do Centro Cultural Inter-regional Lagoa do Nado. Desde então, vários equipamentos culturais (denominados centros culturais locais) foram criados, principalmente, em bairros e regiões de Belo Horizonte com altos índices de vulnerabilidade social, acompanhando o desenvolvimento da política municipal de descentralização da cultura. Em um primeiro ciclo, foram implantados os centros culturais: Alto Vera Cruz, Liberalino Alves de Oliveira, Pampulha, São Bernardo e Zilah Spósito. Além desses, em 1997, por ocasião do aniversário de 100 anos de Belo Horizonte, foi inaugurado o Centro de Cultura Belo Horizonte (CCBH), no “castelinho” localizado na esquina da rua da Bahia com Avenida Augusto de Lima.

A reforma administrativa da Prefeitura de BH em 2000 provocou uma grande alteração na estrutura e na dinâmica dos centros culturais. Marcada por uma concepção que priorizava uma desconcentração de atividades para as Administrações Regionais, essa alteração apartou os centros culturais do órgão responsável pela formulação e implementação da política municipal de cultura, Secretaria Municipal de Cultura.

Com a criação da Fundação Municipal de Cultura, em 2008, os centros culturais foram integrados ao seu organograma. O Departamento de Coordenação dos Centros Culturais (DPCC) tornou-se responsável por articular as ações culturais no entorno desses equipamentos e delinear projetos de formação artístico-cultural, bem como formação de público permanente.

Para isso, foi construído o Caderno de Projetos dos Centros Culturais Locais, que definia a Biblioteca como eixo da ação de cada centro cultural. O caderno tinha como objetivo nortear as ações das equipes de cada centro cultural através de diretrizes e processos claros.

A biblioteca de um centro cultural busca ter características específicas, que enfatizam a diversidade de seu acervo. De acordo com o Caderno de Projetos dos Centros Culturais Locais (2008), elaborado pela Fundação Municipal de Cultura:

o acervo deve ser variado, com obras de referência em todas as áreas do conhecimento, com ênfase em humanidades e conteúdos que privilegiem os segmentos artísticos e culturais nas suas diversas linguagens e suportes. Além da literatura, o acervo deve possuir uma bibliografia e uma midiateca nas áreas de artes e música. (BELO HORIZONTE, 2008, p. 11)

O objetivo é que esse acervo seja utilizado também para subsidiar as atividades realizadas no interior dos Centros Culturais, particularmente nas oficinas de formação artístico-cultural. Além disso, para que seja possível ampliar o acesso das comunidades à informação,

o acervo deve conter também jornais e revistas. Outra função da Biblioteca é servir como Centro de Documentação da Memória e da história dos próprios Centros Culturais e das comunidades do entorno. Nesse sentido, ela deve estar capacitada para recolher, organizar e disponibilizar informações, documentos e registros sobre o patrimônio cultural local.

Da perspectiva da organização, a biblioteca pública funciona tanto como um referencial para subsidiar a constituição de atividades no que diz respeito à fundamentação das ações ali desenvolvidas quanto para amparar as necessidades dos cidadãos que a procuram na busca por informações e dissolução de suas necessidades informacionais imediatas. É esse ambiente de informação organizada que permite a recuperação e a disseminação seletiva.

No contexto específico de Belo Horizonte há, na estrutura de sua Administração Municipal, a Fundação Municipal de Cultura (FMC), instituída pela Lei nº 9011, em 1º de janeiro de 2005, que tem por finalidade planejar e executar a política cultural do município de Belo Horizonte por meio da execução de programas, projetos e atividades que visem ao desenvolvimento cultural. Vinculada ao gabinete do prefeito, a FMC integra a Administração Pública Indireta do Município e possui autonomia administrativa e financeira assegurada, especialmente, por dotações orçamentárias, patrimônio próprio, aplicação de suas receitas e assinatura de contratos e convênios com outras instituições.

Dentre as ações desenvolvidas pela FMC estão a administração de centros culturais, espalhados por diversas áreas e que contemplam a maioria das regiões do município. Esses equipamentos culturais têm distinções significativas entre si, apesar de estarem inseridos num mesmo nível organizacional dentro da FMC. Muitos desses equipamentos já existiam anteriores à criação por decreto da Fundação Municipal de Cultura; outros se tornaram possíveis após aprovação nas reuniões públicas do Orçamento Participativo da Prefeitura de Belo Horizonte (OP/PBH).

As bibliotecas, integrantes dos centros culturais, têm sido consideradas como protagonistas no contato inicial com os cidadãos. Verifica-se a importância de como a comunidade se apropria dela, de sobremaneira através de seu uso primeiro – como espaço organizado de leitura e fruição – e o que é ofertado ao cidadão pela biblioteca.

O CENTRO CULTURAL VILA FÁTIMA

O Centro Cultural Vila Fátima (CCVF) foi aprovado no Orçamento Participativo 2005/2006, tendo iniciado sua construção em 2007. Com investimento de 1,2 milhão de reais, o CCVF está localizado no Aglomerado da Serra, próximo à reserva ambiental Benjamin Guimarães e ao Parque Estadual da Baleia. O CCVF desenvolve e apoia projetos de ação cultural nas linhas de formação e difusão, nas diversas linguagens artísticas, no incentivo à leitura e na área do patrimônio. São espaços do CCVF as salas de artes, auditório, anfiteatro, galeria de exposição e biblioteca. Foi inaugurado em 21 de junho de 2008, atendendo a uma política pública de descentralização da cultura. A obra surge de aprovação no Orçamento Participativo 2005/2006, no ano de 2004, tendo como proposta inicial a criação de um centro de formação tecnológica, onde seriam ministrados cursos de mecânica de automotores, eletrônica e informática, entre outros.

Entretanto, o estabelecimento de tal posto de ensino por parte da Administração Municipal foi vedado, por alteração na distribuição das responsabilidades da política educacional. Essa mudança impossibilitou a instalação do equipamento pretendido pela comunidade. Houve reuniões junto às lideranças comunitárias com o intuito de esclarecer essas alterações, ficando acordado entre as partes que o equipamento abrigaria um centro cultural. Não houve diagnóstico ou estudos para a criação e a implantação do CCVF, tendo em vista o contexto em que o equipamento surgiu, conforme o relato acima.

O Centro Cultural Vila Fátima, ao ser inaugurado em 2008, iniciou os seus trabalhos segundo a orientação do caderno de projetos. Contudo, havia escassez de pessoal, por conta do concurso público ainda em andamento. Dessa forma, o CCVF contou com uma equipe muito reduzida. Outro problema enfrentado foi a carência de acervo para a Biblioteca. A chegada de servidores públicos concursados em 2009 não resolveu a questão da equipe extremamente pequena, que se restringiu, em sua maioria, a uma composição básica de gerente, bibliotecário e arte-educadora ou produtor ou artista visual. Nos anos seguintes, buscou-se a expansão do acervo da biblioteca através de doações e a realização de atividades e apresentações artísticas a partir do estabelecimento de parcerias e voluntariado.

Observou-se, portanto, a necessidade de uma política de desenvolvimento de acervos para a biblioteca e de programas de formação e de apresentações artísticas, com profissionais remunerados, de forma permanente, que só veio acontecer a partir de 2010, com a criação do Programa BH Cidade Leitora, que originou a Comissão de Seleção de Acervo; o Programa Arena da Cultura e, mais tarde, a Mostra BH Centros Culturais.

A ação cultural ali implementada, para divulgação de suas atividades e serviços (tanto da biblioteca quanto do centro cultural como um todo), sempre se deu em diversas frentes. O reconhecimento do território pelos atores integrantes da equipe de profissionais é sempre um movimento pertinente no sentido de perceber a realidade local e as especificidades de pronto apresentadas.

Os suportes informacionais e comunicativos, peças gráficas produzidas pela FMC através de sua Assessoria de Comunicação (Ascom), tais como *folders*, cartazes, panfletos etc., muitas vezes não traduziam a linguagem necessária para atingir o cidadão. Fazia-se necessário então confeccionar localmente, com os recursos que lhe eram dispostos, outros dispositivos comunicacionais, chamados “mosquitinhos”, que eram entregues de mão em mão a cada cidadão do

entorno informando acerca de um espetáculo, uma exposição ou um serviço ofertado pelo equipamento cultural.

No caso da biblioteca pública ali instalada, esta estabeleceu um funcionamento conjugado com as demais ações do centro cultural: por ser um espaço constantemente aberto ao público, figurava muitas vezes como um “termômetro” do equipamento cultural para a realização das atividades diversas, estando seu movimento diretamente ligado ao êxito ou não de determinada apresentação artística ou oficina a ser ali realizada.

O uso do acervo da biblioteca para sua função primeira – o acesso aos livros e à leitura – também se valeu da distribuição de “mosquitinhos” confeccionados localmente para sua divulgação. Entretanto, o que mais se percebeu no que diz respeito aos usos da biblioteca é que estes partiam muitas vezes de uma necessidade imediata de informação: pesquisas escolares, consultas à internet e informações sobre o funcionamento do centro cultural, de sobremaneira eram as buscas mais recorrentes. Houve também movimentos de apropriação mediada, ou seja, cidadãos que já se utilizavam de maneira considerável dos bens e serviços ofertados pela biblioteca pública conduziam parentes e amigos, para um uso lúdico do espaço – leitura, desenho, jogos – ou para dissolução de suas necessidades informacionais.

O acervo da biblioteca, constituído para subsidiar as ações ali desenvolvidas, também possibilitava seu uso em pesquisas nas áreas de ciências sociais, direito, administração, letras e linguística, artes visuais e história de Belo Horizonte, cujos temas são contemplados por exemplares significativos nesses campos. A literatura constitutiva do acervo abrange obras de diversas nacionalidades, traduzidas para o português, e também a literatura brasileira e portuguesa.

Cabe ressaltar que com a experiência no local, pode-se evidenciar que o público mais frequente na biblioteca é o infantil, muitas vezes crianças não alfabetizadas e/ou em processo de alfabetização, acompanhadas de primos ou irmãos maiores. Diante de tal

demanda, buscou-se atender às necessidades específicas desses públicos, com maior disponibilização de acervos destinados aos primeiros anos, livros de imagens e outros materiais em ambiente acessível, disponibilizando também material para a elaboração de desenhos e desenvolvimento da escrita.

É a partir desse público infantil que muitas vezes se chegavam aos públicos jovem e adulto. Não raro foi possível verificar a entrada de crianças, conduzindo pela mão seus pais, mães, avós e outros cuidadores maiores, num movimento aparentemente inverso de apresentação de um universo já conhecido e reconhecido pelos pequenos. Tais oportunidades eram aproveitadas para apresentar o espaço para os responsáveis que ali adentravam – muitos pela primeira vez –, bem como elencando os espaços existentes (galeria, sala de exibição, anfiteatro, sala de informática) e os serviços e produtos culturais ali ofertados (empréstimo de livros, exposições de artes visuais, exibição de filmes, espetáculos de artes cênicas, acesso à internet).

O acesso às novas tecnologias de comunicação e informação, possibilitado pelo desenvolvimento da internet, se apresentou como um serviço informacional relevante na propagação do centro cultural e na sua apropriação e consolidação pelos cidadãos. Apesar de funcionar em um ambiente diverso da biblioteca, esse serviço de acesso à internet, através do ponto de inclusão digital, conhecido por Telecentro, era coordenado por este pesquisador e, por conseguinte, ligado à biblioteca, através do estabelecimento da dinâmica de funcionamento. Entretanto, cabe ressaltar que o serviço era descontínuo, por razões diversas – dificuldade de acesso à internet, limitações da rede de conexão com a internet, ausência ou inexistência de profissional para acompanhamento do espaço, entre outros –, que gerava certa frustração nos cidadãos que buscavam esse tipo de serviço, tanto para entretenimento quanto para resolver trabalhos escolares e necessidades diversas.

A biblioteca acabou por tentar remediar essa carência, sempre que possível, passando a realizar as buscas dos conteúdos de pesquisas escolares ou permitindo o cadastramento de cidadãos em concursos, vagas de empregos, confecção de currículos e outros tipos de serviços considerados relevantes para aquele cidadão naquele momento por este pesquisador ou por outros integrantes da equipe de funcionários que ali atuavam.

As atividades de promoção da leitura, promovidas pela biblioteca, configuravam outro serviço relevante ofertado aos cidadãos que se utilizavam daquele ambiente informacional. Estabelecido a partir de demandas apresentadas pelos cidadãos, bem como ofertadas a partir da percepção deste pesquisador na função de bibliotecário responsável pelo funcionamento do espaço, as atividades de promoção da leitura objetivavam estabelecer um contato entre o acervo e os potenciais usuários, apresentando estilos de escrita e conteúdos diversificados. Essas atividades eram mediadas tanto por este pesquisador quanto por outros profissionais da FMC, mas também por profissionais contratados ou na execução de projetos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura ou contrapartida de parceiros institucionais.

A PARTICIPAÇÃO NA DINÂMICA CULTURAL DA BCCVF

Alguns equipamentos culturais, oriundos de ações governamentais, apesar de buscarem refletir os princípios acordados internacionalmente de promoção da diversidade cultural nos territórios e reverberados na constituição das políticas públicas localizadas, não tiveram uma adesão imediata, fato este que comprova a afirmativa de Victor Flusser (1983), quando afirma que tanto bibliotecas e centros culturais são implantados.

Nessa dinâmica de inserção de equipamentos culturais em determinado território, o espaço da biblioteca pública – por ser um ambiente já consolidado na oferta de bens e serviços – atua, na maioria dos casos, como protagonista, sendo muitas vezes o portal

de entrada para a posterior compreensão de tal equipamento por parte daqueles que o utilizam.

A inserção da biblioteca pública e sua posterior consolidação através da ação cultural por ela desempenhada possibilita a legitimação dos processos de diversificação de contato com as expressões culturais. É de fundamental relevância a ação da biblioteca pública nos territórios para a garantia da diversidade de linguagens escritas aos cidadãos. Chamando com isso a atenção sobre a real importância das formas de promoção, articulação e estratégias de atuação entre a biblioteca e demais setores, espaços e gerações de usuários, entre os corresponsáveis e executores das políticas públicas e a perenidade desses mecanismos de ação.

Ao adentrar no espaço da biblioteca – que, por sua vez, é um espaço já consolidado pelo senso comum e de identificação imediata para muitos –, o cidadão assimila sua existência, verifica as oportunidades de utilização dos bens e serviços ali ofertados e passa a fazer uso dos mesmos. Uma vez diante da possibilidade de uso de informações ali disponibilizadas, em variados suportes – livros, CDs, DVDs, mapas, acesso à internet –, esse cidadão passa a reconhecer-se e a se identificar com aquele espaço, buscando informações que contemplem inicialmente suas necessidades imediatas, passando a um momento posterior de valoração simbólica e de uso e apropriação cada vez mais qualificados.

Essa busca recorrente pela biblioteca pública ali estabelecida ocasiona um empoderamento do cidadão, que passa a reverberar as competências e habilidades ali desenvolvidas por ele em seu cotidiano, tornando-se capaz de fazer escolhas e uso das informações de maneira mais qualificada. O contato com a leitura literária, outras leituras técnico-científicas, bem como outros dispositivos de acesso e uso de informação, que vai desde o compartilhamento de internet Wi-Fi a buscas nos computadores instalados em um ponto de inclusão digital – conhecido como Telecentro – estimula a constituição do senso crítico no cidadão, que se sente muitas

vezes impulsionado a transformar a gama de informações obtidas a partir de suas experiências na biblioteca pública em conhecimento prático.

Tendo sido estabelecido esses pontos de contato, o cidadão reconhece a existência da variedade de culturas e de possibilidades informacionais para além da realidade que o cerca, passando a reconhecer as diferenças existentes entre sociedades distintas e a questionar-se acerca da própria realidade. A constatação da existência da diversidade cultural e informacional faz com que o cidadão reconheça a multiplicidade de expressões culturais e se torne mais receptivo às diferenças, possibilitando ao mesmo o reconhecimento da necessidade de reivindicação constante de direitos para a garantia da diversidade, através de políticas públicas (além de saúde, educação, segurança pública) a serem implementadas no campo da cultura e em outras áreas de necessidade – assistência social, mobilidade urbana, trabalho e emprego – que atinjam toda a população. O reconhecimento do ente público (no caso, o município), constatado como corresponsável e mantenedor daquele equipamento cultural, estimula no cidadão o reconhecimento daquele espaço como uma garantia, através de uma política pública, executada para a área da cultura.

Além dos resultados apresentados na presente análise, evidencia-se a necessidade de aprofundamento no campo, com estabelecimento de relação entre a literatura encontrada com os documentos oriundos de acordos internacionais e legislação vigente, com vistas a estabelecer parâmetros que verifiquem a efetividade da políticas públicas de cultura estabelecida – através de indicadores de resultados. Esse movimento já está sendo estabelecido com a aprovação do Plano Municipal de Cultura, outra seara de discussão possível para apreensão da efetividade da política cultural no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estabelecimento de relações entre conceitos é tarefa demasiadamente complexa, sobretudo quando se trata de campos investigativos distintos e até então pouco referenciados conceitualmente. Apesar de estarem sendo constantemente mencionados nas mais diversas esferas de atuação – da iniciativa privada e de sobremaneira pelo poder público –, as políticas públicas no campo da cultura ainda têm estudos insuficientes para apreender e analisar as contradições presentes em sua real implementação.

Ao analisar a trajetória histórica da BCCVF (entendida aqui como ambiente de promoção cultural), percebe-se a importância desta no estabelecimento de um entendimento acerca do centro cultural, fomentadora da ação cultural realizada no território, bem como perceber o movimento dialético na busca por solucionar as questões mediatas apresentadas pelos cidadãos que busca na biblioteca pública a dissolução de suas necessidades informacionais.

A organização do ambiente físico da biblioteca, bem como sua organicidade enquanto equipamento relativamente autônomo em relação ao centro cultural, proporciona sua capacidade de atender às necessidades originadas pelos sujeitos que se valem daquele espaço organizado para dissolução de suas questões mais imediatas. A BCCVF se apresenta devidamente inserida na realidade cultural da comunidade que a circunda, sendo que a biblioteca foi o equipamento que primeiro possibilitou a compreensão dos cidadãos acerca dos usos e apropriações possíveis para o centro cultural como um todo.

Assim, entende-se que as políticas públicas das esferas governamentais devem atentar-se à importância do tema e se preocuparem não apenas em participar das discussões, mas também divulgarem, através de campanhas, a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, bem como formularem legislação que garanta sua efetividade e promoção. O movimento dialético realizado pela biblioteca pública nesse sentido está em conjugar as necessidades

apresentadas pelos cidadãos com as políticas públicas estabelecidas para a área do livro, da leitura, da biblioteca e da cultura.

O movimento dialético estabelecido pela BCCVF para garantir a efetivação no território está em não somente atender às necessidades de informação encontrada nos livros, mas também buscar atender a outras demandas informacionais. Ao buscar a satisfação de seus cidadãos, a biblioteca os torna partícipes, na medida em que se apropriam e passam a interagir positivamente, originando novas demandas de informação. O conhecimento gerado no contato com os materiais físicos e imagéticos, bem como as informações obtidas informalmente pela interação entre os sujeitos – entre si e com o corpo técnico do equipamento – reverberam a importância do Centro Cultural e a compreensão que se tem deste a partir da BCCVF.

A garantia de efetivação no território da biblioteca implica na apropriação por parte de seus cidadãos utilizadores na resolução de suas necessidades informacionais. O uso cada vez mais qualificado da biblioteca se expressa desde a sua função primeira, com a oferta de livros, revistas, jornais, CDs, DVDs, material impresso proveniente de pesquisas na internet e outros, para a fruição da leitura por prazer, ao manuseio de livros de imagens para entretenimento e à realização de outros serviços a partir do contato com dispositivos de acesso à internet. É notória a apropriação da biblioteca pública enquanto espaço simbólico significativo pela oportunidade de ser um espaço de convivência livre e lúdica e de interação entre as pessoas que ali frequentam.

A proteção, a promoção, a manutenção e o desenvolvimento de uma política pública de garantia de direitos, principalmente àqueles referentes ao acesso à leitura, à escrita e à cultura, esbarra na mudança de cursos político-institucionais, onde a Administração Pública passa a discutir e considerar pouco relevantes as questões sobre a necessidade da política cultural institucionalizada, como forma do exercício dos direitos humanos e, assim, da cidadania. Esse debate

diz respeito a todos e quaisquer cidadãos, sendo assim, a participação de todos se faz essencial para que se possa entender o significado de cultura e fazer-se respeitar a política pública cultural.

Percebe-se que no contexto específico do Centro Cultural Vila Fátima (CCVF), onde se encontra inserida a BCCVF, a política de descentralização dos centros culturais, ao invés de dar autonomia e sustentabilidade a cada equipamento, ocasionou uma ruptura nos processos de elaboração de uma política específica para nortear as ações desses equipamentos e definir o papel a ser por eles assumidos na descentralização da política cultural do município. O que se percebe é que os centros culturais e, por conseguinte, as bibliotecas neles inseridas, não gozam de autonomia administrativa-financeira, razão que dificulta a realização de ações culturais efetivas que dialoguem mais diretamente com o território. Os subterfúgios a essa situação ocorrem, muitas vezes, como no caso das peças gráficas, com a confecção dos “mosquitinhos”.

Decisões assertivas no direcionamento das ações da política pública estabelecida, dentre elas podendo-se destacar a adaptabilidade da equipe e fixação da mesma – por meio de concurso público –, foram alguns dos aspectos que podem justificar a consolidação do equipamento cultural. O processo de apropriação por parte do cidadão que busca informações importantes para ele em um determinado momento e quais os mecanismos necessários para perpetuação dessa dinâmica informacional serão objetos de estudos posteriores realizados pelo presente pesquisador em seu percurso de mestrado.

Entretanto, cabe ressaltar que o estabelecimento de políticas públicas para a cultura no cenário brasileiro é sinuoso, alterando períodos de expansão com outros de recrudescimento de sua importância; vinham demonstrando considerável aumento, no que diz respeito à criação de espaços culturais novos, em localidades diversas, alguns deles em áreas de vulnerabilidade social elevada. Fatores econômicos e político-organizacionais acabaram por ocasionar um refreamento

nesse movimento de expansão dos equipamentos e ações culturais, conforme se apresentam no cenário atual. Para além do estabelecimento de projetos de desenvolvimento cultural (o que já se fazia notar desde o processo de redemocratização), a construção e/ou instalação de equipamentos prediais, que lidam diretamente com a cultura e em caráter permanente, vem ao encontro da necessidade dessas áreas socialmente vulnerabilizadas.

Considera-se que, no momento, a efetivação das políticas públicas de cultura e sua decorrente aplicação nos contextos nos quais a ação cultural se faz presente é requisito para garantia da implementação de tais políticas, oportunizada através do contato com as variadas linguagens artísticas, das quais se destaca a literatura e a escrita a partir da biblioteca pública.

REFERÊNCIAS

- BARROS, J. M. *Por uma cultura de público: planos de cultura e diversidade cultural*. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2014.
- BELO HORIZONTE. Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. *Cadernos de projetos dos Centros Culturais*, Belo horizonte, fev. 2008. (Manuscrito).
- BRANT, L. *O poder da cultura*. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- COELHO NETO, J.T. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Primeiros passos, n° 216).
- FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983.
- HALL, S. A questão multicultural. In: SOVIK, L. (Org.). *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. 1. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- MATTELART, A. *Diversidade cultural e mundialização*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório do desenvolvimento humano 2004: liberdade cultural num mundo diversificado*. Lisboa: Edições Mensagens, 2004. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2004-portuguese.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2015.

SANCHEZ, M. R. et al. Política externa como política pública: uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988). *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 27, p. 125-143, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n27/09.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2015.

UNESCO. *Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas*. SNBP, Brasília, DF, [2015?]. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/manifestos/manifesto-da-unesco-sobre-bibliotecas-publicas/>>. Acesso em: 2 ago. 2015.